



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024

Processo de Licitação nº 061/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE BRAGA/RS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **87.613.170.0001-20**, torna público que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **menor preço**, com modo de disputa **aberto**, para **EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO** de empresa para fornecimento (**entrega parcelada**) dos bens descritos no item 1, processando-se essa licitação de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 073/2023, e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/06 e posteriores alterações, bem como demais legislações.

SESSÃO VIRTUAL:

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – <www.portaldecompraspublicas.com.br>

DATA: **06/05/2024**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 14H00MIN

HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14H01MIN

INTERVALO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo)

Obs: As propostas e os documentos poderão ser enviados até às 14h, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **EVENTUAL E FUTURA** aquisição de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, para realização de obras através da Secretaria Municipal de Habitação do Município de Braga/RS, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I):

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE	QUANT. MIN.	QUANT. MÁX.
01	Cimento 50Kg	SC	01	450
02	Areia media	M³	01	300
03	Caixa de água (reservatório) 250 Lt	UN	01	10
04	Pedra brita nº 2	M³	01	150
05	Caixa de água (reservatório) 500 Lt	UN	01	20
06	Porta de ferro cega 80x2,10	UN	01	120
07	Porta de Madeira interna 70cm completa (c/marco e fechadura)	UN	01	120
08	Janela de ferro de c/ veneziana 1,0x1,0	UN	01	130



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

09	Ferro ¼ - 6.3mm (construção) com 12m	BR	01	50
10	Ferro 4.2mm (construção) com 12m	BR	01	80
11	Ferro 5/16 - 8mm (construção) com 12m	BR	01	50
12	Arame Queimado 16 BWG	UN	01	50
13	Cal de construção 20kg	UN	01	150
14	Telha de fibrocimento 4mm-2,13x0,50	UN	01	1000
15	Cumeeira de fibrocimento 4mm (conjunto)	UN	01	800
16	Prego telheiro 500gr	UN	01	200
17	Poste de luz padrão RGE (Poste de luz monofásico completo)	UN	01	35
18	Tomada e interruptor de embutir com caixa 4x2	UN	01	120
19	Fita isolante 20 mt	UN	01	50
20	Fio flex 2,5 mm	MTS	01	600
21	Suporte para lâmpada flúor compacta	UN	01	100
22	Disjuntor 40ª	UN	01	80
23	Mangueira preta ¾ para água 2,4mm	MT	01	900
24	Mangueira preta ½ para água 2,4mm	MT	01	2.500
25	Cola para cano 75gr	UN	01	60
26	Joelho PVC1/2 para água	UN	01	50
27	Rejunte	KG	01	50
28	Cerâmica tipo A	MT	01	200
29	Isolador 30x30	UN	01	400
30	Caixa de grampo para fixação de fio	CX	01	100
31	Isolador olhal	KG	01	28
32	Arame queimado BWG n. 18	KG	01	20
33	Registro PVC 20mm p/ chuveiro	UN	01	50
34	Tinta a óleo 3600 ml	UN	01	80
35	Fio paralelo 2,5 mm	MTS	01	1200
36	Tinta acrílica 18lt	UN	01	15
37	Tijolo 6 furos 9x14x19 com espessura de 8mm	UN	01	25.000
38	Ripa de madeira mata junta c/ 2,80mt alt.	UN	01	800
39	Tijolo maciço 10x5x22	UN	01	25.000
40	Vaso sanitário completo (caixa descarga, tubo, espude, flexível, Parafuso p/ fixação e assento)	UN	01	50
41	Lavatório pvc completo (torneira, flexível, válvula)	UN	01	20



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

42	Ducha 03 temperaturas	UN	01	40
43	Torneira PVC ½	UN	01	40
44	Ripão 4x6 eucalipto x 2,50 a cima	MT	01	500
45	Madeira quadrada eucalipto 8x8cmX3m	UN	01	300
46	Janela basculante 60x40 cm	UN	01	40
47	Fio flex 6mm	MT	01	1000
48	Joelho c/ rosca ½ PVC 20mm	UN	01	50
49	Telha fibrocimento 6mm -2,13mx0,50	UN	01	250
50	Fita veda rosca 18mm c/25mt	UN	01	35
51	Tubo pvc de esgoto 40mm	MT	01	200
52	Tubo pvc esgoto 50mm	MT	01	200
53	Joelho PVC esgoto 40mm	UN	01	80
54	Joelho PVC esgoto 100mm	UN	01	60
55	Joelho PVC esgoto 50mm	UN	01	60
56	Tee 100 c/ entrada de 50mm	UN	01	25
57	Luva pvc lisa 20mm	UN	01	60
58	Luva pvc 20mm mista com rosca	UN	01	60
59	Tee PVC ½ misto	UN	01	60
60	Tee PVC 20 mm liso	UN	01	100
61	Luva de esgoto 40mm	UN	01	60
62	Tinta acrílica 3600 ml	UN	01	12
63	Tee pvc de 20mm	UN	01	60
64	Registro de 20mm	UN	01	50
65	Joelho pvc misto 20 mm	UN	01	50
66	Joelho pvc liso 20 mm	UN	01	60
67	Ralo 100x100x50	UN	01	30
68	Torneira preta ½	UN	01	30
69	Suporte para lâmpada PVC	UN	01	80
70	Tomada de sobre por 20 A	UN	01	50
71	Tomada extrema de sobrepor	UN	01	150
72	Interruptor de embutir simples completo	UN	01	80
73	Disjuntor 30ª	UN	01	10
74	Ralo sinfonado 15x150x50c/grelha	UN	01	40
75	Tee pvc esgoto 40mm	UN	01	40



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

76	Tee pvc esgoto 50mm	UN	01	40
77	Tee pvc esgoto 100mm	UN	01	15
78	Luva pvc de 100mm com redução p/ 50mm	UN	01	20
79	Caixa sanfonada 100x100x40 c/grelha	UN	01	30
80	Tubo de PVC 25MM	BR	01	15
81	Tubo de pvc esgoto de 100mm	BR	01	100
82	Espuma expansiva 750ml	UN	01	70
83	Fio antichama 6MM	MT	01	800
84	Cordão paralelo 2x2,5mm	MT	01	700
85	Caixa para luz 4x2	UN	01	30
86	Tubo corrugado ¾	MT	01	70
87	Lona preta de 150 micras – 6 metros de largura	MT	01	400
88	Prego 17x27	KG	01	350
89	Prego 12x12	KG	01	100
90	Prego 19x39	KG	01	80
91	Prego 15x18	KG	01	80
92	Prego 22x45	KG	01	15
93	Prego 18x27	KG	01	15
94	Telha de fibrocimento 4mm 2,44x0,50	UN	01	1150
95	Telha de fibrocimento 4mm 1,22x0,50	UN	01	800
96	Aditivo para cimento (tipo alvenarite) 1litro	UN	01	50
97	Tubo de PVC 20mm	MT	01	300
98	Tee PVC 20mm misto	UN	01	60
99	Dobradiça de 3 polegadas com parafuso	UN	01	50
100	Massa fina especial para reboco 20 KG	UN	01	50
101	Adaptador PVC 20mm	UN	01	40
102	Joelho de esgoto 100x50 mm	UM	01	20
103	Argamassa AC1 20 KG	KG	01	100
104	Forro de pinus machambrado 8cm x 2,70 comprimento linear a mais	M²	01	800
105	Madeira machambrada p/ assoalho (seca) p/8 de 2,50 a cima linear	M²	01	600
106	Guias de madeira eucalipto polegadas 10 x 2,50 a cima	PC	01	1300
107	Esteio de madeira eucalipto 10x10cmx3m	PC	01	300
108	Espelho de madeira eucalipto 16cmx2,80 a cima	MT	01	300



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

109	Madeira quadrada eucalipto 5x10cm	UN	01	400
110	Tabua para parede seca 25cm e 2,8mt alt.	DZ	01	35
111	Esteio de madeira eucalipto 5x8cmx3m	UN	01	300
112	Madeira eucalipto 5x5cmx2,50 a cima	MT	01	350
113	Guias de eucalipto 2,5x10cmx2,50 a cima	MT	01	600
114	Espelho de madeira eucalipto 12cmx2,50 a cima	MT	01	300
115	Madeira quadrada de eucalipto 7x12cmx3 a cima	MT	01	400
116	Divisória de pinos machambrado polegadas 8x2,80	M²	01	400
117	Poste de luz com duas entradas – 2 medidores (Poste trifásico completo)	UN	01	06
118	Vidro 3mm	Mt²	01	70
119	Semalha costaneira de madeira eucalipto	mt	01	700
120	Lavatório com Louça com coluna/torneira/flexível	UN	01	40
121	Fechadura de embutir	UN	01	45
122	Interruptor Externo	UN	01	100
123	Lâmpada Comp. 15W	UN	01	120
124	Anel de vedação 100’’	UN	01	15
125	Tinta Esmalte 3.600ml	UN	01	20
126	Porta Interna 80x2,10 cm com marco	UN	01	60
127	Porta interna 60x2,10 cm com marco	UN	01	60
128	Cola Silicone Incolor - bisnaga 50g	UN	01	50
129	Presilha para instalação de luz	UN	01	100
130	Parafuso para suporte de lâmpada	UN	01	200
131	Parafuso com bucha	UN	01	50
132	Fossa Séptica 1.100 litros	UN	01	30
133	Fossa Séptica 1.825 litros	UN	01	25
134	Prego 13x15	KG	01	80
135	Parafuso para vaso e pia 3 polegadas com bucha 10	UN	01	50
136	Disco para cortar madeira 4 polegadas com vedia	UN	01	20
137	Boia para instalação de caixa de água	UN	01	20
138	Flange para instalação de caixa de água	UN	01	20
139	Lona encerada polietileno impermeável 10 x 8m	MT	01	100
140	Prego 16x24	KG	01	70
141	Folha lixa d'agua 3m 331q 240 - 230x280	UN	01	20
142	Caixa Luz Padrão Monofásica Padrão Coelba +	UN	01	20



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

	Acessório (1 padrão monofásico, 1 disjuntor 40a monofásico, 1 curva eletroduto 1 " 90graus, 1 curva eletroduto 1" 180graus, 1 curva eletroduto três 3/4 90grau, 3 luva pvc preta com rosca eletroduto 1", 1 luva pvc preta com rosca eletroduto 3/4, 1 raque leve para roldana, 1 roldana de porcelana para raque(rex), 1 bucha para eletroduto de 1", 1 arruela para eletroduto de 1", 1 bucha para eletroduto de 3/4 1 arruela para eletroduto de 3/4, 1 conector para haste de aterramento,1 caixa de inspeção para aterramento).			
143	Caixa de água fibra c/ tampa, capacidade 5000lts, produzidas em plástico reforçado em fibra de vidro para água potável, revestidas com gel especial, com tampa acompanhadas de parafusos para garantir o seu perfeito travamento.	UN	01	05
144	Assento Sanitário Almofadado, Branco. Comprimento: 44,5cm Largura: 36,5cm, Altura 3cm Cor: Branco Tipo de fechamento: Tampa.	UN	01	20
145	Caixa de Descarga Controlada Branca 9 Litros Fabricada em plásticos de Engenharia e com vedante em silicone que evita o ressecamento e endurecimento tendo assim maior durabilidade e resistência, atende a norma NBR 15491. Cor: Branco, Comprimento: 37 cm, Largura: 10 cm, Altura: 37 cm Peso: 650g, Fabricante: Astra Fabricado no Brasil.	UN	01	20
146	Engate flexível para vaso e pia	UN	01	60
147	Cumeeira de fibrocimento 6mm (conjunto)	PAR	01	100
148	Fio cabo multiplex 2x10 (do poste até a casa)	M	01	700
149	Repara trinca 1,5kg	KG	01	10
150	Lona Plástica Preta e Branca Super Resistente Com 4 metros de Largura (Por Metro)	M	01	1000
151	Pedras para poço negro	TONELADA	01	273

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <www.portaldecompraspublicas.com.br> ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacao@braga.rs.gov.br

2.2 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.2.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

2.2.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.2.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.4 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1 As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

3.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4 Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrada ata de registro de preços com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 01 dia útil.

4. PROPOSTA

4.1 O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2 **Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial e de planilha de quantitativos e custos unitários, com a indicação dos valores unitários e total, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que**



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.

4.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e regularidade com o Município de Licitante, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

5.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 dias da data designada para a apresentação do documento;

5.3.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.3.2 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.3.3 A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos no art. 29 do Decreto Municipal nº 073/2023.

6. GARANTIA DO OBJETO

6.1 A CONTRATADA se responsabilizará, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE em relação a vícios, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução da ata de registro de preços, direta ou indiretamente:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2 O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3 Durante a vigência da ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

8.3 A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico e via o e-mail licitacao@braga.rs.gov.br.

8.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, salvo para fase de lances;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

9.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

9.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.7.7 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada

10. MODO DE DISPUTA

10.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

10.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <www.portaldecompraspublicas.com.br>

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 Em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2019.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

12.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2 As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4 A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1 Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

d) anulação ou revogação da licitação.

14.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6 O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado através da Ata de Registro de Preços e nas condições previstas neste Edital, com o objetivo de registrar formalmente proposta de preços para futuros fornecimentos dos produtos objeto deste Pregão, com compromisso obrigacional por parte das empresas beneficiárias, e sem obrigar que sejam efetivadas pela administração as aquisições que dele poderão advir.

15.2 As obrigações decorrentes da entrega dos produtos, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços (Município) e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade desta Ata será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

15.3 O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados e devidamente habilitado, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo MUNICÍPIO, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.4 A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital.

15.5 O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.5.1 Referida Nota está substituindo a ata de registro de preços, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.5.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.5.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 138 e 139 da mesma Lei.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

15.6 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do ajuste nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.7 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a assinatura da ata de registro de preços, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.8 Na hipótese de nenhum dos adjudicatários aceitar assinar a ata de registro de preços, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

16. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

16.1 A vencedora deverá observar durante a execução da ata de registro de preços as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

16.2 A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

16.3 Obriga-se a vencedora a entregar a quantia solicitada pela Secretaria, mesmo sendo em pequena quantidade, pois trata-se de um Registro de Preços.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da ata de registro de preços.

17.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3 O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 dias, contados da entrega total do(s) produto(s).

17.4 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

17.5 As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Braga/RS, para o exercício de 2024, e por dotações orçamentárias destinadas a estas aquisições, as quais estarão



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

descritas nas requisições de compras.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial à ata de registro de preços;
- b) dar causa à inexecução parcial à ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);

18.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4 A sanção prevista na letra “a” do item 18.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.5 A sanção prevista na letra “b” do item 18.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1 deste Edital, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total da ata de registro de preços, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando a ata de registro de preços será considerado totalmente descumprido.

18.6 A sanção prevista na letra “c” do item 18.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Braga/RS, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.7 A sanção prevista na “d” do item 18.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 18.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 18.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.8 A sanção estabelecida na letra “d” do item 18.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Edital será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Municipal.

18.9 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 18.2 (multa) deste Edital.

18.10 A aplicação das sanções previstas no item 18.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 18.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

18.12 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 18.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.13 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.14 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.15 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

18.16 Na hipótese de recusa por parte da contratada em entregar o objeto da presente licitação, em pequenas quantidades, conforme solicitação da Secretaria, a multa será de 02% (dois por cento) sobre o montante total da contratada na ata de registro de preços.

18.17 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de Braga, setor de Licitações, sito à Av. Mal. Floriano Peixoto, nº 602, ou pelos telefones (55)3559-1133 ou (55)3559-1180, no horário compreendido das 07h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min ou via sistema.

19.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante no seguinte endereço: <www.portaldecompraspublicas.com.br>

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.2 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

20.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata de registro de preços dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

20.4 Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

21. ANEXOS DO EDITAL

21.1 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Minuta da ata de registro de preços;

Anexo III - Declarações.

Braga/RS, 09 de abril de 2024.

Este edital se encontra
examinado e aprovado por esta
Procuradoria Jurídica.

Em ____-____-____.

Procurador(a) Jurídico(a)

ELEMAR ARGON PILGER
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024.

Processo de Licitação nº 061/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a EVENTUAL E FUTURA aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, para realização de obras através da Secretaria Municipal de Habitação do Município de Braga/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Da natureza do objeto

(X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 073/2023.

(X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação descrita neste Projeto Básico se faz necessária pois é de suma importância para o funcionamento desta secretaria. Ainda, cabe ressaltar que, a contratação de empresa especializada na compra de materiais de construção para realizar a construção de Unidades Habitacionais, Módulos Sanitários, reformas, ampliações, materiais para encanamento de água, tais como mangueiras, caixa de águas e alicerce para a mesma, além de poste de luz e fiação elétrica, sob demanda, proporciona uma melhor qualidade nas realizações de obras desta secretaria e, conseqüentemente, o atingimento das metas estabelecidas no planejamento da Secretaria Municipal de Habitação, para o ano de 2024.

3. A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 073/2023.

3.2 Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados, à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – e, ainda, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1 As especificações e os quantitativos dos produtos constam a seguir, com valor unitário definido para cada contratação prevista neste Termo, elaborado com base nos balizamentos realizados junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) – LicitaCon, Sites de domínio amplo, e pesquisa direta com as empresas Cledir Wagner EPP, Três de Maio com. Mat. Construção Ltda e D. Zanco, conforme valores apresentados nas planilhas de cada item deste Termo de Referência.

Ítem	Qt mín	Qt máx	Unid	Descrição	V. Unit.	V. Total
01	01	450	SC	Cimento 50Kg	R\$ 42,66	R\$19.197,00
02	01	300	M³	Areia media	R\$ 234,66	R\$70.398,00
03	01	10	UN	Caixa de água (reservatório) 250 Lt	R\$ 281,28	R\$2.812,80



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

04	01	150	M³	Pedra brita nº 2	R\$ 144,13	R\$ 21.619,50
05	01	20	UN	Caixa de água (reservatório) 500 Lt	R\$ 424,84	R\$ 8.496,80
06	01	120	UN	Porta de ferro cega 80x2,10	R\$ 492,08	R\$ 59.049,60
07	01	120	UN	Porta de Madeira interna 70cm completa (c/marco e fechadura)	R\$ 334,00	R\$ 40.080,00
08	01	130	UN	Janela de ferro de c/ veneziana 1,0x1,0	R\$ 443,00	R\$ 57.590,00
09	01	50	BR	Ferro ¼ - 6.3mm (construção) com 12m	R\$ 31,66	R\$ 1.583,00
10	01	80	BR	Ferro 4.2mm (construção) com 12m	R\$ 15,58	R\$ 1.246,40
11	01	50	BR	Ferro 5/16 - 8mm (construção) com 12m	R\$ 44,59	R\$ 2.229,50
12	01	50	UN	Arame Queimado 16 BWG	R\$ 18,96	R\$ 948,00
13	01	150	UN	Cal de construção 20kg	R\$ 20,91	R\$ 3.136,50
14	01	1000	UN	Telha de fibrocimento 4mm-2,13x0,50	R\$ 22,79	R\$ 22.790,00
15	01	800	UN	Cumeeira de fibrocimento 4mm (conjunto)	R\$ 24,10	R\$ 19.280,00
16	01	200	UN	Prego telheiro 500gr	R\$ 22,21	R\$ 4.442,00
17	01	35	UN	Poste de luz padrão RGE (Poste de luz monofásico completo)	R\$ 1.885,00	R\$ 65.975,00
18	01	120	UN	Tomada e interruptor de embutir com caixa 4x2	R\$ 15,76	R\$ 1.891,20
19	01	50	UN	Fita isolante 20 mt	R\$ 9,28	R\$ 464,00
20	01	600	MTS	Fio flex 2,5 mm	R\$ 3,46	R\$2.076,00
21	01	100	UN	Suporte para lâmpada flúor compacta	R\$ 6,18	R\$ 618,00
22	01	80	UN	Disjuntor 40ª	R\$ 16,23	R\$ 1.298,40
23	01	900	MT	Mangueira preta ¾ para água 2,4mm	R\$ 2,93	R\$ 2.637,00
24	01	2.500	MT	Mangueira preta ½ para água 2,4mm	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
25	01	60	UN	Cola para cano 75gr	R\$ 8,56	R\$ 513,60
26	01	50	UN	Joelho PVC1/2 para água	R\$3,64	R\$ 182,00
27	01	50	KG	Rejunte	R\$ 7,96	R\$ 398,00
28	01	200	MT	Cerâmica tipo A	R\$ 34,64	R\$ 6.928,00
29	01	400	UN	Isolador 30x30	R\$ 0,86	R\$ 344,00
30	01	100	CX	Caixa de grampo para fixação de fio	R\$ 6,09	R\$ 609,00
31	01	28	KG	Isolador olhal	R\$ 12,12	R\$ 339,36
32	01	20	KG	Arame queimado BWG n. 18	R\$ 21,21	R\$ 424,20
33	01	50	UN	Registro PVC 20mm p/ chuveiro	R\$ 15,40	R\$ 770,00
34	01	80	UN	Tinta a óleo 3600 ml	R\$ 121,23	R\$ 9.698,40
35	01	1200	MTS	Fio paralelo 2,5 mm	R\$ 4,91	R\$ 5.892,00



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

36	01	15	UN	Tinta acrílica 18lt	R\$ 421,86	R\$ 6.327,90
37	01	25.000	UN	Tijolo 6 furos 9x14x19 com espessura de 8mm	R\$ 1,12	R\$ 28.000,00
38	01	800	UN	Ripa de madeira mata junta c/ 2,80mt alt.	R\$ 7,07	R\$ 5.656,00
39	01	25.000	UN	Tijolo maciço 10x5x22	R\$ 0,94	R\$ 23.500,00
40	01	50	UN	Vaso sanitário completo (caixa descarga, tubo, espude, flexível, Parafuso p/ fixação e assento)	R\$ 422,50	R\$ 21.125,00
41	01	20	UN	Lavatório pvc completo (torneira, flexível, válvula)	R\$ 217,90	R\$ 4.358,00
42	01	40	UN	Ducha 03 temperaturas	R\$ 76,74	R\$ 3.069,60
43	01	40	UN	Torneira PVC ½	R\$ 16,76	R\$ 670,40
44	01	500	MT	Ripão 4x6 eucalipto x 2,50 a cima	R\$ 10,83	R\$ 5.415,00
45	01	300	UN	Madeira quadrada eucalipto 8x8cmX3m	R\$ 24,87	R\$ 7.461,00
46	01	40	UN	Janela basculante 60x40 cm	R\$ 106,33	R\$ 4.253,20
47	01	1000	MT	Fio flex 6mm	R\$ 5,76	R\$ 5.760,00
48	01	50	UN	Joelho c/ rosca ½ PVC 20mm	R\$ 3,11	R\$ 155,50
49	01	250	UN	Telha fibrocimento 6mm -2,13mx0,50	R\$ 74,28	R\$ 18.570,00
50	01	35	UN	Fita veda rosca 18mm c/25mt	R\$ 12,53	R\$ 438,55
51	01	200	MT	Tubo pvc de esgoto 40mm	R\$ 6,10	R\$ 1.220,00
52	01	200	MT	Tubo pvc esgoto 50mm	R\$ 9,88	R\$ 1.976,00
53	01	80	UN	Joelho PVC esgoto 40mm	R\$ 2,83	R\$ 226,40
54	01	60	UN	Joelho PVC esgoto 100mm	R\$ 8,13	R\$ 487,80
55	01	60	UN	Joelho PVC esgoto 50mm	R\$ 5,10	R\$ 306,00
56	01	25	UN	Tee 100 c/ entrada de 50mm	R\$ 18,16	R\$ 454,00
57	01	60	UN	Luva pvc lisa 20mm	R\$ 1,33	R\$ 79,80
58	01	60	UN	Luva pvc 20mm mista com rosca	R\$ 2,75	R\$ 165,00
59	01	60	UN	Tee PVC ½ misto	R\$ 3,21	R\$ 192,60
60	01	100	UN	Tee PVC 20 mm liso	R\$ 2,19	R\$ 219,00
61	01	60	UN	Luva de esgoto 40mm	R\$ 2,67	R\$ 160,20
62	01	12	UN	Tinta acrílica 3600 ml	R\$ 101,60	R\$ 1.219,20
63	01	60	UN	Tee pvc de 20mm	R\$ 2,43	R\$ 145,80
64	01	50	UN	Registro de 20mm	R\$ 17,53	R\$ 876,50
65	01	50	UN	Joelho pvc misto 20 mm	R\$ 3,78	R\$ 189,00
66	01	60	UN	Joelho pvc liso 20 mm	R\$ 1,27	R\$ 76,20



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

67	01	30	UN	Ralo 100x100x50	R\$ 19,82	R\$ 594,60
68	01	30	UN	Torneira preta ½	R\$ 4,53	R\$ 135,90
69	01	80	UN	Suporte para lâmpada PVC	R\$ 8,12	R\$ 649,60
70	01	50	UN	Tomada de sobre por 20 A	R\$ 12,79	R\$ 639,50
71	01	150	UN	Tomada extrema de sobrepor	R\$ 15,50	R\$ 2.325,00
72	01	80	UN	Interruptor de embutir simples completo	R\$ 12,51	R\$ 1.000,80
73	01	10	UN	Disjuntor 30ª	R\$ 17,02	R\$ 170,20
74	01	40	UN	Ralo sinfonado 15x150x50c/grelha	R\$ 41,28	R\$ 1.651,20
75	01	40	UN	Tee pvc esgoto 40mm	R\$ 3,66	R\$ 146,40
76	01	40	UN	Tee pvc esgoto 50mm	R\$ 8,59	R\$ 343,60
77	01	15	UN	Tee pvc esgoto 100mm	R\$ 16,54	R\$ 248,10
78	01	20	UN	Luva pvc de 100mm com redução p/ 50mm	R\$ 12,65	R\$ 253,00
79	01	30	UN	Caixa sanfonada 100x100x40 c/grelha	R\$ 23,00	R\$ 690,00
80	01	15	BR	Tubo de PVC 25MM	R\$ 22,00	R\$ 330,00
81	01	100	BR	Tubo de pvc esgoto de 100mm	R\$ 86,50	R\$ 8.650,00
82	01	70	UN	Espuma expansiva 750ml	R\$ 46,58	R\$ 3.260,60
83	01	800	MT	Fio antichama 6MM	R\$ 5,05	R\$ 4.040,00
84	01	700	MT	Cordão paralelo 2x2,5mm	R\$ 5,45	R\$ 3.815,00
85	01	30	UN	Caixa para luz 4x2	R\$ 3,00	R\$ 90,00
86	01	70	MT	Tubo corrugado ¾	R\$ 3,75	R\$ 262,50
87	01	400	MT	Lona preta de 150 micras – 6 metros de largura	R\$ 22,00	R\$ 8.800,00
88	01	350	KG	Prego 17x27	R\$ 18,43	R\$ 6.450,50
89	01	100	KG	Prego 12x12	R\$ 25,67	R\$ 2.567,00
90	01	80	KG	Prego 19x39	R\$ 18,67	R\$ 1.493,60
91	01	80	KG	Prego 15x18	R\$ 21,86	R\$ 1.748,80
92	01	15	KG	Prego 22x45	R\$ 21,50	R\$ 322,50
93	01	15	KG	Prego 18x27	R\$ 19,26	R\$ 288,90
94	01	1150	UN	Telha de fibrocimento 4mm 2,44x0,50	R\$ 24,96	R\$ 28.704,00
95	01	800	UN	Telha de fibrocimento 4mm 1,22x0,50	R\$ 16,45	R\$ 13.160,00
96	01	50	UN	Aditivo para cimento (tipo alvenarite) 1litro	R\$ 10,30	R\$ 515,00
97	01	300	MT	Tubo de PVC 20mm	R\$ 3,43	R\$ 1.029,00
98	01	60	UN	Tee PVC 20mm misto	R\$ 3,50	R\$ 210,00
99	01	50	UN	Dobradiça de 3 polegadas com parafuso	R\$ 6,40	R\$ 320,00



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

100	01	50	UN	Massa fina especial para reboco 20 KG	R\$ 19,86	R\$ 993,00
101	01	40	UN	Adaptador PVC 20mm	R\$ 1,36	R\$ 54,40
102	01	20	UM	Joelho de esgoto 100x50 mm	R\$ 21,76	R\$ 435,20
103	01	100	KG	Argamassa AC1 20 KG	R\$ 16,93	R\$ 1.693,00
104	01	800	M²	Forro de pinus machambrado 8cm x 2,70 comprimento linear a mais	R\$ 39,26	R\$ 31.408,00
105	01	600	M²	Madeira machambrada p/ assoalho (seca) p/8 de 2,50 a cima linear	R\$ 62,00	R\$ 37.200,00
106	01	1300	PC	Guias de madeira eucalipto polegadas 10 x 2,50 a cima	R\$ 12,50	R\$ 16.250,00
107	01	300	PC	Esteio de madeira eucalipto 10x10cmx3m	R\$ 47,00	R\$ 14.100,00
108	01	300	MT	Espelho de madeira eucalipto 16cmx2,80 a cima	R\$ 19,50	R\$ 5.850,00
109	01	400	UN	Madeira quadrada eucalipto 5x10cm	R\$ 32,50	R\$ 13.000,00
110	01	35	DZ	Tabua para parede seca 25cm e2,8mt alt.	R\$ 842,50	R\$ 29.487,50
111	01	300	UN	Esteio de madeira eucalipto 5x8cmx3m	R\$ 38,50	R\$ 11.550,00
112	01	350	MT	Madeira eucalipto 5x5cmx2,50 a cima	R\$ 10,00	R\$ 3.500,00
113	01	600	MT	Guias de eucalipto 2,5x10cmx2,50 a cima	R\$ 11,29	R\$ 6.774,00
114	01	300	MT	Espelho de madeira eucalipto 12cmx2,50 a cima	R\$ 16,33	R\$ 4.899,00
115	01	400	MT	Madeira quadrada de eucalipto 7x12cmx3 a cima	R\$ 19,67	R\$ 7.868,00
116	01	400	M²	Divisória de pinos machambrado polegadas 8x2,80	R\$ 57,45	R\$ 22.980,00
117	01	06	UN	Poste de luz com duas entradas – 2 medidores (Poste trifásico completo)	R\$ 2.875,00	R\$ 17.250,00
118	01	70	Mt²	Vidro 3mm	R\$ 150,00	R\$ 10.500,00
119	01	700	mt	Semalha costaneira de madeira eucalipto	R\$ 11,00	R\$ 7.700,00
120	01	40	UN	Lavatório com Louça com coluna/torneira/flexível	R\$ 287,80	R\$ 11.512,00
121	01	45	UN	Fechadura de embutir	R\$ 77,26	R\$ 3.476,70
122	01	100	UN	Interruptor Externo	R\$ 11,45	R\$ 1.145,00
123	01	120	UN	Lâmpada Comp. 15W	R\$ 15,74	R\$ 1.888,80
124	01	15	UN	Anel de vedação 100’’	R\$ 11,13	R\$ 166,95
125	01	20	UN	Tinta Esmalte 3.600ml	R\$ 141,57	R\$ 2.831,40
126	01	60	UN	Porta Interna 80x2,10 cm com marco	R\$ 334,00	R\$ 20.040,00
127	01	60	UN	Porta interna 60x2,10 cm com marco	R\$ 334,00	R\$ 20.040,00
128	01	50	UN	Cola Silicone Incolor - bisnaga 50g	R\$ 9,75	R\$ 487,50
129	01	100	UN	Presilha para instalação de luz	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
130	01	200	UN	Parafuso para suporte de lâmpada	R\$ 2,38	R\$ 476,00



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

131	01	50	UN	Parafuso com bucha	R\$ 0,75	R\$ 37,50
132	01	30	UN	Fossa Séptica 1.100 litros	R\$ 1.399,80	R\$ 41.994,00
133	01	25	UN	Fossa Séptica 1.825 litros	R\$ 1.859,04	R\$ 46.476,00
134	01	80	KG	Prego 13x15	R\$ 24,10	R\$ 1.928,00
135	01	50	UN	Parafuso para vaso e pia 3 polegadas com bucha 10	R\$ 9,29	R\$ 464,50
136	01	20	UN	Disco para cortar madeira 4 polegadas com vedia	R\$ 49,72	R\$ 994,40
137	01	20	UN	Boia para instalação de caixa de água	R\$ 24,70	R\$ 494,00
138	01	20	UN	Flange para instalação de caixa de água	R\$ 15,96	R\$ 319,20
139	01	100	MT	Lona encerada polietileno impermeável 10 x 8m	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
140	01	70	KG	Prego 16x24	R\$ 21,01	R\$ 1.470,70
141	01	20	UN	Folha lixa d'agua 3m 331q 240 - 230x280	R\$ 3,27	R\$ 65,40
142	01	20	UN	Caixa Luz Padrão Monofásica Padrão Coelba + Acessório (1 padrão monofásico, 1 disjuntor 40a monofásico, 1 curva eletroduto 1 " 90graus, 1 curva eletroduto 1" 180graus, 1 curva eletroduto três 3/4 90grau, 3 luva pvc preta com rosca eletroduto 1", 1 luva pvc preta com rosca eletroduto ¾, 1 raque leve para roldana, 1 roldana de porcelana para raque(rex), 1 bucha para eletroduto de 1", 1 arruela para eletroduto de 1", 1 bucha para eletroduto de 3/4 1 arruela para eletroduto de ¾, 1 conector para haste de aterramento,1 caixa de inspeção para aterramento).	R\$ 800,00	R\$ 16.000,00
143	01	05	UN	Caixa de água fibra c/ tampa, capacidade 5000lts, produzidas em plástico reforçado em fibra de vidro para água potável, revestidas com gel especial, com tampa acompanhadas de parafusos para garantir o seu perfeito travamento.	R\$ 3.078,76	R\$ 15.393,80
144	01	20	UN	Assento Sanitário Almofadado, Branco. Comprimento: 44,5cm Largura: 36,5cm, Altura 3cm Cor: Branco Tipo de fechamento: Tampa.	R\$ 96,46	R\$ 1.929,20
145	01	20	UN	Caixa de Descarga Controlada Branca 9 Litros Fabricada em plásticos de Engenharia e com vedante em silicone que evita o ressecamento e endurecimento tendo assim maior durabilidade e resistência, atende a norma NBR 15491. Cor: Branco, Comprimento: 37 cm, Largura: 10 cm, Altura: 37 cm Peso: 650g, Fabricante: Astra Fabricado no Brasil.	R\$ 113,66	R\$ 2.273,20
146	01	60	UN	Engate flexível para vaso e pia	R\$ 13,16	R\$ 789,60
147	01	100	PAR	Cumeeira de fibrocimento 6mm (conjunto)	R\$ 85,47	R\$ 8.547,00



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

148	01	700	M	Fio cabo multiplex 2x10 (do poste até a casa)	R\$ 6,47	R\$ 4.529,00
149	01	10	KG	Repara trinca 1,5kg	R\$ 50,91	R\$ 509,10
150	01	1000	M	Lona Plástica Preta e Branca Super Resistente Com 4 metros de Largura (Por Metro)	R\$ 11,67	R\$ 11.670,00
151	01	273	TONE LADA	Pedras para poço negro	R\$ 120,00	R\$ 32.760,00
TOTAL					R\$ 1.176.642,26	

4.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos para contratação encontram-se pormenorizados no item 5 do Edital.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1 Os produtos deverão ser entregues a partir da solicitação da Secretaria, sendo que a empresa adjudicatária após o recebimento da mesma deverá realizar a entrega dos itens em um prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da solicitação feita pela Secretaria Municipal.

6.2 A entrega deverá ser efetuada conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal do Município de Braga/RS, no horário de expediente da Secretaria (07h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min), **sendo o custo com a entrega dos materiais de responsabilidade da empresa contratada.**

6.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o prestador.

6.4 A verificação da conformidade das especificações dos produtos ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os produtos serão recebidos definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.

6.5 Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos produtos, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Braga/RS, devendo o prestador substituí-los no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data de solicitação da substituição.

7. DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais da Ata de Registro de Preços, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

7.4 O fiscal da Ata de Registro de Preços anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução desta, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.5 O fiscal da Ata de Registro de Preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto contratado. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.14 O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

7.15 A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

7.16 Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Contratado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

7.17 Das decisões da fiscalização poderá o Contratado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Sem prejuízo de outros procedimentos que possam ser estabelecidos, será aplicado como critério de medição a entrega do objeto ou a efetiva prestação do serviço, devidamente atestada pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos.

8.2 Os pagamentos devidos à empresa a ser contratada serão efetuados contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

8.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contratado.

8.4 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do edital e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.5 O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 (trinta) dias, contados da entrega total do(s) produto(s).



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

8.6 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico Sistema Registro de Preços, com fundamento no art. 28, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor máximo estimado será de **R\$ 1.176.642,26 (Um milhão cento e setenta e seis mil seiscentos e quarenta e dois reais com vinte e seis centavos)**, conforme metodologia documentada em anexo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Braga/RS, para o exercício de 2024, e por dotações orçamentarias destinadas a estas aquisições, as quais estarão descritas nas requisições de compra.

12. DO PRAZO E VIGÊNCIA

12.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Maria de Fátima Vigne Bueno
Secretária Municipal de Habitação



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024.

Processo de Licitação nº 061/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024.

O **MUNICÍPIO DE Braga/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____/____/____, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 602, Bairro Centro, CEP nº 98.560-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº ____-____-____-____ residente e domiciliado nesta cidade de _____/____, doravante denominado de **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas de **DETENTOR DA ATA**, acordam firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do Processo de Licitação nº 061/2024, Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 073/2023, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

ABAIXO SEGUEM OS LICITANTES QUE PARTICIPARAM DA LICITAÇÃO E QUE TIVERAM ITENS VENCEDORES:

Código	Nome da Empresa	Itens

EMPRESA(S) DETENTORA(S) QUE FIRMA(M) A PRESENTE ATA DE REGISTROS DE PREÇOS:

Empresas	CNPJ / CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objetivo e finalidade constituir sistema Registro de Preços visando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a **EVENTUAL E FUTURA** aquisição de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, para realização de obras através da Secretaria Municipal de Habitação do Município de Braga/RS, pela **DETENDORA DA ATA**, conforme proposta vencedora.

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de Preços preferência em igualdade de condições.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela ADMINISTRAÇÃO através do Processo de Licitação nº 061/2024, Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2024, e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação.

2.2 Além do disposto no item anterior, a presente Ata de Registro de Preços se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e e Decreto Municipal nº 073/2023 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

3.1 O **prazo de entrega** do objeto é de 05 (cinco) dias a contar da assinatura da solicitação feita pela ADMINISTRAÇÃO.

3.2 O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal do Município de Braga/RS, no horário de expediente da Secretaria (07h30min às 11h00min e das 13h30 às 17h00), **sendo o custo com a entrega dos materiais de responsabilidade da empresa contratada**

3.2.1 A entrega deverá ser realizada em dias úteis (segunda a sexta-feira, exceto feriados), durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal.

3.2.2 O fornecedor ou o transportador por ele contratado deve certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

3.2.3 Ficará a cargo da detentora da ata ou do transportador a descarga e movimentação do material do veículo até o local designado pelo empregado responsável pelo recebimento.

3.3 O **prazo de vigência** da ata de registro de preços será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura.

3.3.1 A presente ata de registros de preço poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços, conforme a proposta vencedora da licitação, ofertada pela CONTRATADA, é o estabelecido na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

4.2 O pagamento será efetuado até o 30 (trinta) dias, após o recebimento do objeto e mediante a apresentação da Nota Fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

o caso), conforme determina a legislação vigente.

4.3 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, transferência ou pix (nos casos em que a chave pix for o CNPJ da empresa).

4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.5 É encargo do Contratado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 O preço fixado para a remuneração será fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da assinatura da ata de registro de preços.

5.2 Dentro do prazo de vigência da ata de registro de preços e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO

6.1 Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula oitava, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.2 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

6.3 A ADMINISTRAÇÃO deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

6.4 No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

apresentados;

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, dando dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

6.6 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

6.6.1 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

6.6.2 Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

c) não aceitar reduzir o preço decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

7.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor.

CLAUSULA OITAVA - DA GARANTIA DO OBJETO

8.1 A CONTRATADA se responsabilizará, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE em relação a vícios, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

a) Efetuar o devido pagamento à detentora da ata, nos termos do presente instrumento;

b) Dar à detentora da ata as condições necessárias à regular execução da ata de registro de preços;

c) Determinar as providências necessárias quando a execução contratual não observar a forma estipulada no edital e no presente instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

d) Designar servidor pertencente ao quadro da Administração, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços;

e) Cumprir todas as demais cláusulas presentes na Ata de Registro de Preços.

9.2 São obrigações da DETENTORA DA ATA:

a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e da presente Ata de Registro de Preços, bem como nos termos da sua proposta;

b) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

c) Manter durante a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

empregados alocados para a execução da ata de registro de preços, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

d) Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pela ADMINISTRAÇÃO;

e) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/21, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

f) Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

h) Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

i) Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

j) Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

k) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

l) Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e nesta Ata de Registro de Preços.

m) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à ADMINISTRAÇÃO e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O detentor da ata será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;

b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

- f) não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- e) advertência;
- f) multa;
- g) impedimento de licitar e contratar;
- h) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1 A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.2 A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata de Registro de Preços, nos seguintes termos:

- e) se der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- f) se der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- g) se der causa à inexecução total da ata de registro de preços, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Braga

h) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando a ata de registro de preços será considerado totalmente descumprido.

10.3 A sanção prevista na letra “c” do item 10.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Braga/RS, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.4 A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 desta Ata de Registro de Preços, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 desta Ata de Registro de Preços que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.5 A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Municipal.

10.6 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa).

10.7 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.9 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.10 Na hipótese de recusa por parte da contratada em entregar o objeto da presente licitação em pequenas quantidades, conforme solicitação da Secretaria, a multa será de 02% (dois por cento) sobre o montante total da contratada na ata de registro de preços.

10.11 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.12 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.13 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.14 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante da Administração.

11.2 Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução da ata de registro de preços, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECURSO FINANCEIRO

13.2 As despesas da presente Ata de Registro de Preços correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Braga/RS, para o exercício de 2024, e por dotações orçamentarias destinadas a estas aquisições, as quais estarão descritas nas requisições de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

13.1 As partes entre si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OMISSÕES

14.1 A contratada ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores e demais atos normativos pertinentes.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

15.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o detentor da ata somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Administração, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Administração pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

16.2 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Campo Novo/RS, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Braga/RS, ____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE BRAGA/RS

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ/MF: xxxxx
Por xxxxx
DETENTOR DA ATA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
FISCAL DA ATA
MUNICÍPIO DE BRAGA/RS

Este edital se encontra examinado e
aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em ____ - ____ - ____.

Procurador(a) Jurídico(a)



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Braga

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024

Processo de Licitação nº 061/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III – DECLARAÇÕES

Ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Braga/RS

DADOS CADASTRAIS			
Nome empresarial:			
Endereço:		Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):		

DECLARA, para os devidos fins:

- 1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- 2) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas neste Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2024, acatando-as em sua totalidade;

Braga/RS, ____ de _____ de 2024.

Nome, identificação e assinatura do interessado